

# CONTEXTO HISTÓRICO DE INTERVENÇÃO NA PAISAGEM E ESPAÇOS URBANOS

*HISTORICAL CONTEXT OF INTERVENTIONS IN THE LANDSCAPE AND IN URBAN SPACES*

**HARDT, Letícia Peret Antunes**

E-mail: l.hardt@pucpr.br

**HARDT, Carlos**

E-mail: c.hardt@pucpr.br

Professores doutores do Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana – PPGTU, na Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR

## RESUMO

Desde os primórdios da sua existência, o ser humano tem transformado o meio natural em outro modelado de acordo com as suas conveniências, promovendo profundas alterações nos ambientes originais do planeta. Neste contexto, a cidade, uma das maiores criações do homem, é objeto de significativas intervenções paisagísticas e de relevantes pressões ambientais. Com o intuito de resgatar experiências, diagnosticar realidades e prognosticar tendências, o estudo, estruturado em eras características, desde a Pré-História até a Idade Contemporânea, inclusive com perspectivas para o futuro, parte do cenário mundial para o enfoque específico do caso brasileiro, identificando períodos representativos do processo projetual de paisagens e espaços urbanos. Com o objetivo precípua de fundamentar diretrizes para projetos de intervenções na paisagem urbana, são apresentados subsídios à gestão de cidades e regiões, embasados em enfoques teórico-conceituais e em princípios de sustentabilidade.

**Palavras-chave:** História, espaços urbanos, intervenção paisagística, gestão de cidades, sustentabilidade.

## ABSTRACT

*Since the beginning of their existence, human beings have transformed the natural environment into another one modelled to fit their conveniences, promoting deep changes in the planet's original environments. In this context, cities, one of Man's greatest creation, is object of significant interventions on the landscape, as well as of relevant environmental pressures. With the purpose of retrieving experiences, diagnosing realities and forecasting trends, this study, structured into characteristic eras from Pre-History until the Contemporary Age and including perspectives for the future, starts from a worldwide scenario to the specific approach of the Brazilian case, identifying representative periods of the landscape and urban spaces design process. With the foremost purpose of setting up guidelines for projects of urban landscape interventions, subsidies for cities and regions management are presented, based upon theoretical-conceptual approaches and on sustainability principles.*

**Key words:** History, urban spaces, landscape intervention, city management, sustainability.

## 1 – Introdução

Desde as suas origens, o homem tem modelado o espaço, transformando o meio natural em outro ordenado, de acordo com as suas conveniências.

Como uma das maiores criações do ser humano, a cidade causa relevantes alterações nas paisagens, impondo significativas pressões sobre o ambiente (DIAS, 1997). Sua conceituação tem se modificado ao longo do tempo (CEUR, 1996), se identificando, em épocas pretéritas,

fundamentalmente com territórios sujeitos a fortes concentrações humanas. Atualmente, mais que um espaço povoado, o núcleo urbano agrega múltiplas inter-relações, com variados níveis de ordenamento social e cultural (HARDT, 2000). Assim, a cidade pode ser considerada, por um lado, como fenômeno social, econômico e institucional (GEDDES, 1994; MUMFORD, 1998) e, por outro, como processo físico-territorial de conformação do ambiente construído (CARLOS, 1994).

O termo “paisagem” também tem sido empregado com diferentes significados na história (JELLICOE; JELLICOE, 1995). Para Hardt (2000, p.15), assume hoje um conceito amplo, como:

*“Combinação dinâmica de elementos naturais (físico-químicos e biológicos) e antrópicos, inter-relacionados e interdependentes, que em determinado tempo, espaço e momento social, formam um conjunto único e indissociável, em equilíbrio ou não, e em permanente evolução, produzindo percepções mentais e sensações estéticas como um ‘ecossistema visto’.”*

Ao longo da história, as intervenções humanas refletem a gênese na composição da paisagem, sendo compreensíveis as experiências do passado, os fatos do presente e as perspectivas do futuro (HARDT; HARDT, 2004a).

Com o intuito de resgatar lições, diagnosticar realidades e prognosticar tendências, o presente estudo é estruturado em eras características, desde a Pré-História até a Idade Contemporânea, inclusive com perspectivas para o futuro, partindo do cenário mundial para o enfoque específico do caso brasileiro.

Identificando períodos representativos do processo projetual de paisagens e espaços urbanos, tem-se o objetivo precípuo de fundamentar diretrizes para projetos de intervenções paisagísticas, sendo apresentados subsídios à gestão sustentável de cidades e regiões, entendida como ação continuada que abrange uma seqüência de estados e transformações de um sistema em permanente mutação e que produz diretrizes para o futuro (HARDT, 2000). Assim, a gestão urbana compreende:

*“o conjunto de recursos e instrumentos da administração aplicados na cidade como um todo, visando à qualidade da infra-estrutura e dos serviços urbanos, propiciando melhores condições de vida e aproximando os cidadãos nas decisões e ações da governança pública [...]”* (REZENDE et al., 2003, p. 6)

Com as preocupações sobre os aspectos qualitativos dos cenários urbanos estabelecendo relações diretas com condições de qualidade de vida das populações envolvidas, a gestão da paisagem assume caráter multidimensional – ecológico, cultural, socioeconômico e psicológico, dentre outros (HARDT, 2000).

A sustentabilidade é conceituada por Rodriguez (2001, p. 99) como a “gestão e administração dos recursos e serviços [...] no sentido de assegurar e alcançar a contínua satisfação das necessidades humanas para as gerações presentes e futuras, dentro dos limites da capacidade de sustentação dos sistemas ambientais”. Neste contexto, o desenvolvimento sustentável é interpretado como aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de atendimento das gerações futuras (CMMAD, 1991).

## 2 – Passado

Na Pré-História, o homem passou da caverna ao esconderijo e ao acampamento, alcançando a aldeia e a pequena povoação (BENEVOLO, 1997), marcando a paisagem com expressivas obras em lugares célebres (batalhas) ou constituindo espaços sagrados (túmulos) e templos (sacrifícios e cerimoniais), dentre outras funções (JELLICOE; JELLICOE, 1995). Seus espaços proto-urbanos de reunião ao ar livre deram origem às primeiras “praças”.

Segundo Childe (1966), podem ser destacadas duas épocas para o processo de urbanização na Pré-História: a Revolução Agrícola, onde os excedentes da agricultura reforçaram o sedentarismo e o sistema de trocas, fazendo surgir os aglomerados pré-urbanos itinerantes (protocidades); e a Revolução Urbana, onde a separação da agricultura e do pastoreio propiciaram a divisão social do trabalho, com especialização das profissões e estabelecimento de postos de troca. A civilização consolidou, então, seus principais espaços de referência nas “cidades”.

As concentrações humanas que deram origem às cidades mantêm relações básicas com o suporte natural por meio da proximidade da água e da proteção contra intempéries. Além disso, produtos da natureza são utilizados de forma direta para a construção das moradias. Com o início da vida em sociedade estabelecida nas cidades, passou a preponderar a “ordem técnica”, em complementação à antiga “ordem moral” (MUMFORD, 1998).

Na Idade Antiga, a agricultura constituiu o mais importante meio de produção (FERRARI, 1991). Com as áreas urbanas consolidadas pelo sedentarismo, formou-se uma verdadeira rede de cidades, as quais se estabeleceram especialmente nos vales dos rios, devido à fertilidade do solo e a facilidades para irrigação e transporte de mercadorias.

Nas Civilizações Centrais, o tratamento do espaço urbano foi especialmente representado pela irrigação. As cidades mesopotâmicas, por exemplo, formavam um conjunto murado de largas ruas retilíneas, com pátios internos ajardinados e prédios com alguns pavimentos de altura, que, especialmente na Babilônia, adotavam as técnicas de coberturas planas e abundantemente ajardinadas (jardins suspensos) para fins de conforto microclimático (JELLICOE; JELLICOE, 1995).

Nas Civilizações Orientais, os ambientes urbanizados surgiram mais tardiamente, devido à economia fortemente alicerçada na agricultura, a exemplo das cidades chinesas, que seguiram o padrão de sistema ortogonal de quadras, contrastando com seus espaços abertos urbanos, de aspecto formal delicado, com predomínio quase absoluto de elementos naturais, inclusive na busca da “imitação da natureza” (JELLICOE; JELLICOE, 1995).

Em geral, as Civilizações Ocidentais destinavam espaços urbanos específicos para funções místicas. No Egito, as principais cidades deste período desenvolveram-se ao longo do vale do rio Nilo, buscando a escala metafísica (dos deuses) para os espaços sagrados, com monumentos simbólicos invariavelmente marcando a paisagem (JELLICOE; JELLICOE, 1995). Os pátios, normalmente irrigados, e os espaços abertos, em especial as praças, possuíam linguagem arquitetônica característica, onde era acentuada a perspectiva; a vegetação era explorada por suas flores, frutos e sombra, já ocorrendo o transplante de árvores adultas e seu deslocamento a grandes distâncias.

A Grécia adotava os conceitos egípcios na escala do homem. Como princípio, suas *polis* eram estruturadas em cidade alta – onde se encontrava a acrópole (áreas sagradas) – e cidade baixa – onde se estabeleciam as áreas privadas e públicas, com destaque para a “ágora”, que tem o significado da evolução de praça de mercado para espaço político (MUMFORD, 1998). Assim como na cultura egípcia, princípios de composição dos espaços valorizavam o ritmo, proporção e harmonia. Embora os jardins fossem usualmente simples, existia relativo conhecimento sobre plantio e cuidados com árvores.

As cidades romanas continham vias principais com colunatas, arcos e monumentos, sendo os núcleos urbanos coloniais organizados em sistema ortogonal e articulados entre si de forma a consolidar o conceito de rede de cidades. Nos espaços abertos urbanos, predominavam monumentos de grandeza material, com elementos construídos se sobrepondo ao uso da vegetação, que era subjugada à forma regular e retilínea daqueles elementos. Os jardins buscavam a interpenetração do espaço interior com o exterior.

Da mesma forma que os aglomerados pré-históricos, as cidades antigas também eram fortemente dependentes da proximidade da água para consumo humano e de solos férteis para desenvolvimento de atividades agrícolas, sendo o relevo fator determinante do traçado urbano. Em várias regiões, a necessidade de amenização climática promoveu o estabelecimento da irrigação e da drenagem das terras na paisagem regional.

A organização das cidades era intimamente relacionada à espiritualidade (áreas sagradas), presenciando-se, no próprio espaço urbano, a estratificação de classes, sendo suas funções especialmente voltadas ao comércio, como base para a agricultura e para a pecuária.

Com o extravasamento das cidades e com o crescimento da sua população, ocorreu o desenvolvimento da técnica urbanística. Mesmo assim, Roma, que no final do período possuía cerca de 1.000.000 habitantes, enfrentava diversos problemas urbanos (FERRARI, 1991).

Na Idade Média, o ambiente urbano era compacto, com presença de claustros, sendo protegido por muralhas e fossos (CARVALHO, 1982). A origem das cidades medievais pode ser reportada a três situações peculiares: consolidação das cidades antigas, expansão dos burgos e surgimento de núcleos em entroncamentos de vias destinados a feiras. Continham pouca vegetação e a igreja constituía o centro da vida comunitária (JELLICOE; JELLICOE, 1995), sendo as praças destinadas especialmente ao comércio (mercado). Na paisagem regional, era evidente a diferenciação entre a cidade e o campo.

Essas cidades compactas promoviam diversas alterações microclimáticas, que determinavam, por sua vez, a irrigação de pátios e claustros. Fortes características de desconforto ambiental urbano eram oriundas do mau odor e da deficiência de insolação e ventilação, como resultados da intensa insalubridade urbana (JELLICOE; JELLICOE, 1995).

No período arábico, a sobriedade do exterior era contraposta à profusão de detalhes do interior, com a composição dos espaços abertos baseada na simetria, sendo os pátios irrigados, com valorização da cor e perfumes. Nos períodos Românico e Gótico, ocorria a modulação simétrica e geométrica de elementos construtivos, além de estruturas gigantes, sendo característica a dominância vertical na paisagem (CARVALHO, 1982). Os pátios eram conformados com plantas medicinais e flores, com valorização de vegetação e fauna alóctones.

As cidades da Idade Moderna refletiram o racionalismo do momento. A rua representava a unidade de planejamento urbano e as plantas das cidades eram baseadas em quarteirões.

Durante o Renascimento, foram projetadas as chamadas “cidades clássicas” (BENEVOLO, 1997), com traçados regulares, em formato de estrela, cujas ruas irradiavam de espaços centrais com praças e/ou construções, estabelecidas por funções estratégicas ou estéticas. O desenho dos espaços abertos urbanos era baseado na composição arquitetônica, com emprego sistemático das ordens antigas. Os jardins eram integrados à arquitetura, com predominância de traçados retilíneos, procura por locais de vista panorâmica e aproveitamento de diferenças de nível. Os elementos construídos eram utilizados em profusão, sendo a vegetação subjugada ao desenho.

No Barroco, o traçado da cidade era semelhante, porém o espaço urbano ganhou maior movimento pelas composições com forte índole passional (“cidade cenário”); a simetria era relativa (em composição, mas não em detalhes), na procura por liberdade de composição (JELLICOE; JELLICOE, 1995). A maior representatividade dessa época relaciona-se aos grandiosos jardins dos palácios, com uso mais contido dos elementos construídos e valorização dos canteiros em *broderie* (bordado).

No Romantismo, período que já reflete as conseqüências da Revolução Industrial – que se concretiza no início da Idade Contemporânea, houve a retomada de expressões sentimentalistas e naturalistas, de nítida influência chinesa, com uso de poucos elementos construídos. Os espaços abertos possuíam traçado livre e sinuoso, onde se destacavam praças e parques.

No Brasil, o início do desenvolvimento urbano se deu no litoral, com três origens principais (FERRARI, 1991): aldeamentos indígenas – com traçado em grade e destaque em praça central (largo da matriz); com funções militares – irregular por basear-se em pontos estratégicos; e de suporte aos ciclos econômicos do açúcar e da mineração – com estilo barroco na arquitetura e medieval no traçado urbano. Podiam ser, ainda, aglomerações locais ou derivadas da circulação (pousos, encruzilhadas etc.).

### 3 – Presente

A Revolução Industrial é considerada um dos fatos mais importantes da Idade Contemporânea, usualmente denominada de “Idade da Máquina”.

As grandes crises políticas mundiais se refletiram sobre a questão econômica e contribuíram para a transformação dos núcleos urbanos, notadamente em razão do seu acelerado crescimento populacional, gerando periferias com precárias condições sociais e ambientais, especialmente em países menos desenvolvidos.

Segundo Benevolo (1997), a nova configuração urbana resultante da presença das indústrias resultou na degradação ambiental das cidades. O movimento dos parques públicos e a criação de sistemas de áreas verdes representam significativas formas de reação à deterioração do meio urbano (JELLICOE; JELLICOE, 1995).

No Brasil, foi adotado geralmente o traçado em forma de grade. Com a Revolução de 30, e conseqüente derrubada do feudalismo agrário, foram estabelecidas as cidades ecléticas do ciclo da industrialização.

Segundo Macedo (1999), constituem períodos característicos do paisagismo brasileiro: Ecletismo, com inspiração em obras européias do século XIX, sob duas linhas projetuais características (Classicismo e Romantismo); Modernismo, com rompimento com a visão européia, sofrendo fortes influências nacionalistas; e Contemporâneo, com várias expressões compositivas, englobando inclusive releituras do Modernismo e do Ecletismo, aparecendo preocupações ecológicas.

Na Idade Contemporânea, acontece a paulatina exploração mais intensiva dos recursos naturais do planeta. A paisagem urbana é objeto de intervenções variadas, especialmente pela liberdade de expressão originada pelos novos materiais e técnicas construtivas (CARVALHO, 1982). À simplicidade e harmonia é contraposta a imponência e arrojo compositivo. São significativos os contrastes de formas, materiais e cor proporcionados pelas inúmeras correntes contemporâneas de intervenção paisagística.

A intensidade de transformação do ambiente das cidades contemporâneas gera inúmeras transformações do suporte natural e das próprias bases do sistema antrópico (HARDT; HARDT, 2004b). Por decorrência, este cenário amplia a complexidade e as dificuldades da gestão urbana.

### 4 – Futuro

Com o desenvolvimento vertiginoso da tecnologia, continuidade da explosão demográfica, ampliação do consumo de recursos naturais e manutenção do ritmo de crescimento das cidades, percebe-se a tendência futura de formação de um cenário urbano em que o uso dos recursos naturais se aproxima da exaustão e a estratificação da sociedade é ampliada pelo aumento da pobreza e da fome da população.

Embora não se possa definir com precisão os limites da capacidade de suporte do planeta, sobretudo pela incorporação de inovações tecnológicas que permitem a otimização de sua exploração, pode-se afirmar, contudo, que a tendência futura aponta para o seu esgotamento.

O processo global de “mundialização”, descrito por Santos (1985) há duas décadas e hoje reconhecido como “globalização”, tende à homogeneização de usos, costumes e produtos, dentre outros aspectos. A quebra da distância espacial, proporcionada pela tecnologia de comunicação, deverá se ampliar ainda mais. Esta tendência permite se vislumbrar a redução gradativa de características específicas da paisagem local, resultando na “padronização das cidades”.

Constantemente, são desenvolvidos estudos sobre novas formas de urbanização (TYLER, 2000), abrangendo várias tipologias de cidades, onde sejam minimizados os alarmantes problemas atuais e interrompidas as perspectivas de ampliação do caos urbano.

Como principais vetores de convergência para o desenvolvimento das cidades, pode-se considerar as tipologias que levem em conta as relações harmônicas da urbanização com o suporte natural, especialmente centradas na manutenção da biodiversidade, no desenvolvimento da biotecnologia, na valorização da reciclagem, na revitalização de bens e na conservação de energia limpa, dentre outros fatores.

Por outro lado, embora haja consciência de sua perversidade, é previsível a ampliação da estratificação social. Também é possível se prever a tendência da abolição progressiva da propriedade privada do solo em algumas comunidades, contraposta à concessão do seu uso em áreas urbanas.

As oportunidades impostas pelas novas tecnologias permitirão a organização de paisagens com mudanças significativas de seus componentes. Uma das conseqüências deverá ser a construção maciça de “espaços inteligentes”, a partir da informatização e da automação. Outro aspecto a ser destacado consiste no aumento ainda mais significativo da velocidade dos meios de comunicação e transportes, que se, por um lado, conferirá maior agilidade nas relações comerciais e humanas, por outro, deverá conduzir o homem a outras formas de convivência e de percepção da paisagem.

## 5 – Conclusões

A partir do exposto, depreende-se a necessidade de compreensão do processo histórico de intervenção na paisagem e espaços urbanos no âmbito do desenvolvimento sustentável. Para Hardt e Hardt (2004a), podem ser elencadas algumas alternativas para a sustentabilidade urbana, visando à prevenção, correção e/ou minimização de conseqüências adversas da urbanização, bem como à potencialização de seus efeitos positivos.

Dessa forma, com a meta precípua de fornecer subsídios para a elevação dos níveis de qualidade de vida urbana, apresenta-se, a título de exemplificação, possibilidades de sustentabilidade para diretrizes projetuais de intervenções em paisagens e espaços urbanos em diversas categorias: física (conforto microclimático, regularização hídrica, estabilidade dos solos, controle da poluição sonora, atmosférica, hídrica, edáfica etc.), biológica (controle da redução da biodiversidade, revegetação de áreas inertes, recuperação de habitats naturais e controle do sinantropismo), territorial (conforto ambiental, minimização da poluição visual, otimização da infra-estrutura e saneamento ambiental), social (conscientização irrestrita, valorização cultural, atendimento de necessidades básicas e responsabilidade solidária), econômica (valorização de atividades, minimização de riscos para investimentos, adoção de visão empreendedora, melhoria de renda e geração de empregos) e institucional (ampliação da capacidade de administração, participação comunitária, regulamentação normativa específica e gestão democrática).

Com origens e percursos diferenciados, a cidade constitui um fato histórico, geográfico e social muito recente na história do Universo. A estrutura criada para abrigar, de forma concentrada, os homens, sofre influências marcantes do desenvolvimento do conhecimento e da cultura local. A paisagem urbana é, portanto, objeto e resultado de mudanças proporcionais à velocidade

dessas novas situações, gerando a constante preocupação de garantir melhores condições aos seus usuários.

## Bibliografia

- BENEVOLO, L. *História da cidade*. Tradução de Sílvia Mazza. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- CARLOS, A. F. A. *A (re)produção do espaço urbano*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.
- CARVALHO, B. de A. *Arquitetura no tempo e no espaço*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1982.
- CEUR – Centro de Estudios de la Urbanización. *Guía metodológica de capacitación en gestión ambiental urbana para universidades de América Latina*. Santiago de los Caballeros, 1996.
- CHILDE, G. *A evolução cultural do homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.
- CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso futuro comum*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- DIAS, G. F. *Elementos de ecologia urbana e sua estrutura ecossistêmica*. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 1997. Série Meio Ambiente em Debate.
- FERRARI, C. *Curso de planejamento municipal integrado*. 7. ed. São Paulo: Pioneira, 1991.
- GEDDES, P. *Cidades em evolução*. Campinas: Papirus, 1994.
- HARDT, L. P. A. *Subsídios à avaliação da qualidade da paisagem urbana: Aplicação a Curitiba – PR*. 2000. 323 p. Tese (Doutorado) – Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2000.
- HARDT, L. P. A.; HARDT, C. Relações do processo histórico de urbanização com o sistema ambiental. In: SEMINÁRIO A QUESTÃO AMBIENTAL URBANA: EXPERIÊNCIAS E PERSPECTIVAS, 1., 2004, Brasília. *Anais...* Brasília: UnB-NEUR/CEAM/ IPEA, 2004a. (meio digital).
- \_\_\_\_\_. Subsídios à formulação de políticas de gestão do desenvolvimento metropolitano sustentável. In: ENCONTRO DA ANPPAS – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 2., 2004, Indaiatuba. *Anais...* Indaiatuba: ANPPAS, 2004b. (meio digital).
- JELICOE, G.; JELICOE, S. *El paisaje del hombre; la conformación del entorno desde la prehistoria hasta nuestros días*. Barcelona: Gustavo Gili, 1995.
- MACEDO, S. S. *Quadro do Paisagismo no Brasil*. São Paulo: Edição do autor, 1999.
- MUMFORD, L. *A cidade na história: Suas origens, transformações e perspectivas*. Tradução de Neil R. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- REZENDE, D. A.; FREY, K; BETINI, R. C. Governança e democracia eletrônica na gestão urbana. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL EM GESTÃO URBANA, 1., 2003, Curitiba. *Anais...* Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana da Pontifícia Universidade Católica do Paraná/ Université de Technologie de Compiègne, 2003. (meio digital).
- RODRIGUEZ, J. M. M. Desenvolvimento sustentável: Níveis conceituais e modelos. In: RODRIGUEZ, J. M. M.; SILVA, E. V. da. *Desenvolvimento local sustentável*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2001.
- SANTOS, M. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.
- TYLER, N. *El diseño de la ciudad del futuro: ciudadano sostenible?*, 2000. Disponível em: <<http://www.ucl.ac.uk>>. Acesso em: 30 jun. 2004.